UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ATUARIAIS

CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

LAYSA DANIELLE MARCELO SILVA

ANÁLISE ECONÔMICO-FINANCEIRA DA COMPANHIA PERNAMBUCANA DE SANEAMENTO APÓS A ATUALIZAÇÃO DO MARCO LEGAL DE SANEAMENTO

Recife

2023

LAYSA DANIELLE MARCELO SILVA

ANÁLISE ECONÔMICO-FINANCEIRA DA COMPANHIA PERNAMBUCANA DE SANEAMENTO APÓS A ATUALIZAÇÃO DO MARCO LEGAL DE SANEAMENTO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador (a): Profª. Umbelina Cravo Teixeira Lagioia Torres

Recife

2023

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do programa de geração automática do SIB/UFPE

Silva, Laysa Danielle Marcelo.
Análise econômico-financeira da companhia pernambucana de saneamento após a atualização do marco legal de saneamento / Laysa Danielle Marcelo Silva. - Recife, 2023.
46 p.

Orientador(a): Umbelina Cravo Teixeira Lagioia Torres
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Ciências Contábeis - Bacharelado, 2023.

1. demonstrações contábeis. 2. indicadores financeiros. 3. análise econômica. I. Torres, Umbelina Cravo Teixeira Lagioia. (Orientação). II. Título.

330 CDD (22.ed.)

LAYSA DANIELLE MARCELO SILVA

ANÁLISE ECONÔMICO-FINANCEIRA DA COMPANHIA PERNAMBUCANA DE SANEAMENTO APÓS A ATUALIZAÇÃO DO MARCO LEGAL DE SANEAMENTO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Aprovado em 10 de Maio de 2023.

BANCA EXAMINADORA

_____

Prof.(a). Umbelina Cravo Teixeira Lagioia Torres
Universidade Federal de Pernambuco

_____

Prof.(a). José Bione Neto
Universidade Federal de Pernambuco

_____

Prof.(a). Rodrigo Vaz Gomes Bastos
Universidade Federal de Pernambuco

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente a Deus, pela sabedoria e sustento durante todos os anos de estudos e por toda minha vida.

Ao meu namorado João Paulo, pelos momentos inesquecíveis e que nas dificuldades sempre esteve ao meu lado. Agradeço todo o amor e carinho.

À minha família, em especial a Edite, Raquel, Marusa e Yanna, sempre dispostas a ajudar. Obrigada pelo incentivo e cuidado.

A todos os professores do curso de Ciência Contábeis da Universidade Federal de Pernambuco, em especial à professora Umbelina Torres, sempre prestativa no desenvolvimento desta pesquisa.

“E conhecereis a verdade e a verdade vos libertará”

(João 8:32. Bíblia Sagrada)

RESUMO

O acesso à infraestrutura sanitária é um direito do ser humano e um pré-requisito para o desenvolvimento da população. Tendo a meta de universalizar o fornecimento do serviço até o final do ano de 2033, recentemente o Brasil trouxe um novo marco para o saneamento, alterando os planejamentos e as estratégias das empresas fornecedoras de saneamento. O objetivo geral deste estudo é analisar os indicadores financeiros da Companhia Pernambucana de Saneamento por meio de suas demonstrações contábeis, comparando seus panoramas financeiros do ano de 2018 a 2022, com o intuito de apurar seus rendimentos durante os anos. Foram analisados os seguintes indicadores: estrutura de capital, liquidez geral, liquidez corrente, endividamento total e de curto prazo, margem bruta (EBTIDA) e margem líquida. O resultado obtido foi que, sob o novo marco legal do saneamento, a Companhia Pernambucana de Saneamento obteve sucesso em relação aos novos requisitos impostos pela lei, desfavorecido apenas no ano de 2022, em que seus índices foram prejudicados.

Palavras-chave: Saneamento. Marco Regulatório. Índices de Desempenho.

ABSTRACT

Access to health infrastructure is a human right and a prerequisite for population development. With the goal of universalizing the provision of the service by the end of 2033, Brazil recently set a new milestone for sanitation, changing the planning and strategies of sanitation supply companies. The general objective of this study is to analyze the financial indicators of Companhia Pernambucana de Saneamento through its fiscal finances, comparing its financial panoramas from 2018 to 2022, in order to determine its income over the years. The following indicators were analyzed: capital structure, general liquidity, current liquidity, total and short-term debt, gross margin (EBTIDA) and net margin. The result was that, under the new legal framework for sanitation, Companhia Pernambucana de Saneamento was successful in relation to the new tax requirements by law, disadvantaged only in the year 2022, in which its indexes were impaired.

Keywords: Sanitation. Regulation mark. Performance Indexes.

LISTA DE QUADROS/TABELAS

Quadro 1 – Fórmula do índice de Liquidez Geral.....21
Quadro 2 – Fórmula do índice de Liquidez Corrente.....22
Quadro 3 – Fórmula do índice de Endividamento Total..... 23
Quadro 4 – Fórmula do índice de Endividamento de Curto Prazo.....23
Quadro 5 – Fórmula do índice de Participação do Capital Total 24
Quadro 6 – Fórmula da Margem Bruta……..... 25
Quadro 7 – Fórmula da Margem Líquida..... 25
Quadro 8 – Indicadores Estratégicos Financeiros ……..…..... 26
Quadro 9 – Balanços Patrimoniais da Compesa…….... 29
Quadro 10 – Demonstração de Resultado da Compesa..... 30
Quadro 11 – Arrecadação da Compesa……..31

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Índices de Liquidez..... 32
Tabela 2 – Índices de Endividamento..... 33
Tabela 3 – Índices de Margem Bruta e Margem Líquida..... 33

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BP	Balanço Patrimonial
CCSA	Centro de Ciências Sociais Aplicadas
CP	Curto Prazo
CPC	Comitê de Pronunciamentos Contábeis
CT	Capital Terceiros
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
DR	Demonstração do Resultado
KPMG	Empresa de Auditoria, Fiscal e Consultoria
PPP	Parceria Público-Privada
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco

LISTA DE SÍMBOLOS

%	Porcentagem

SUMÁRIO

1. **INTRODUÇÃO** 8

1.1. PROBLEMA DE PESQUISA 10

1.2. JUSTIFICATIVA 11

1.3. OBJETIVOS 12

1.3.1. Objetivo Geral 12

1.3.2. Objetivos Específicos 12

2. REFERENCIAL TEÓRICO 13

2.1. O Contexto histórico do Saneamento no Brasil 13

2.2. Lei 14.026/2020 - Novo Marco Legal do Saneamento Básico 15

2.3. Companhia Pernambucana de Saneamento - Compesa 17

2.4. Demonstrações Contábeis 18

2.4.1. Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado 19

2.5. Indicadores Econômico-Financeiros 20

2.6. Indicadores de Liquidez 20

2.6.1. Liquidez Geral 21

2.6.2. Liquidez Corrente 21

2.7. Indicadores de Endividamento 22

2.7.1. Endividamento Total 22

2.7.2. Endividamento de Curto Prazo 23

2.7.3. Estrutura de Capital 23

2.8. Indicadores de Rentabilidade 24

2.8.1. Margem Bruta (EBITDA) 24

2.8.2. Margem Líquida 25

2.9. Indicadores Estratégicos 25

2.9.1. Arrecadação e Despesas Operacionais 26

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS 27

3.1. Tipo de Pesquisa 27

3.2. Método da Pesquisa 28

3.3. Delimitação da Pesquisa 28

3.4. Coleta de Dados 28

3.5. Análise dos Dados 29

4. ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS 32

4.1. Liquidez Geral e Liquidez Corrente 32

4.2. Endividamento Total, de Curto Prazo e Participação do Capital de Terceiros 33

4.3. Margem Bruta (EBITDA) e Margem Líquida 33

CONSIDERAÇÕES FINAIS 35

REFERÊNCIAS 37

1. INTRODUÇÃO

Ao longo do seu processo civilizatório, o ser humano procurou habitar em locais com melhor qualidade de vida, onde a água era provavelmente mais limpa e os locais de resíduos eram distantes. Com o passar dos séculos, pesquisas para preservação da saúde humana associaram o bem estar físico e mental do ser humano com o acesso às medidas sanitárias, ou seja, o desenvolvimento da população só é possível quando a mesma encontra-se em um local regular com o saneamento. A partir desse ponto, passou a ser um direito do ser humano ter acesso ao conjunto de ações sanitárias e a responsabilidade sobre a distribuição desses serviços foi para o Estado.

A ausência de uma infraestrutura sanitária adequada é o cenário do Brasil há séculos, segundo o Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS, 2021, p. 14): “no início do primeiro quarto do século XIX, ainda não existiam no Brasil sistemas coletivos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário”. E, mesmo após a declaração da Constituição Federal, a questão do saneamento ficou distante e incerta durante muitos anos, aparecendo apenas no ano de 2007 quando foi estabelecido as diretrizes para o saneamento básico, pela instituição da Lei Federal nº 11.445.

Porém, mesmo com esse primeiro marco, um dos problemas que mais atingiu a população brasileira ainda era preocupante. Serviços de água e esgoto ainda faltavam em várias localidades do país e doenças transmitidas pela insalubridade causaram surtos, pragas e pandemia, como a que ocorreu no final do ano de 2019, a SARS-CoV-2, também conhecida como COVID-19. De acordo com o Instituto Trata Brasil (2021), 35 milhões de brasileiros não têm abastecimento de água em suas residências, contribuindo para a disseminação da COVID-19, já que ela pode ser transmitida tanto por vias respiratórias quanto pelo contato físico. Ou seja, menor serviço de saneamento, seja fornecimento de água ou tratamento de resíduos, é igual a maior número de casos de contaminação por COVID-19 ou qualquer outra doença causada pela precariedade no saneamento.

Por esses e outros vários motivos que continuaram lesionando a saúde pública, recentemente o Brasil mudou novamente a regulamentação do saneamento básico, instituindo um Novo Marco Regulatório a partir da mudança da Lei Federal nº 11.445/2007 para a Lei Federal nº 14.026/2020. Com o intuito de tentar novamente universalizar o saneamento, a promulgação que atualizou o novo marco legal trouxe as seguintes atualizações acerca da política econômica regulatória do setor:

- De acordo com o Governo Federal, as concessionárias de serviços de saneamento básico devem atender às novas normas de referências que serão editadas e emitidas pela Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA);
- Ainda o novo marco legal do saneamento pretende transformar o cenário brasileiro e prevê que os serviços sanitários devem chegar à toda população brasileira até o ano de 2033, com a elevação dos investimentos;
- Outra pauta de destaque do novo marco legal foi a extinção do contrato de programa, passando a ser obrigatório a celebração de contratos de serviços a partir da abertura de processo licitatório, tendo a participação de empresas públicas e privadas, com a intenção de estimular a concorrência no setor.
- Todas as empresas prestadoras de serviços de saneamento que participarem dos processos licitatórios, devem comprovar que terão condições financeiras mínimas para cumprir com as metas e padrões da universalização dos serviços de água e esgoto.

Fonte: elaborado pela autora com base na publicação do Diário Oficial da União

A fim de corresponder a esse novo panorama de metas, as empresas participantes dos processos licitatórios passaram a promover uma mudança na gestão financeira de seus serviços de saneamento básico, pois necessitam comprovar sua capacidade econômico-financeira por meio de indicadores de desempenho.

O Ministério das Cidades utiliza alguns indicadores considerados relevantes na avaliação de desempenho, são os seguintes (FUNASA, p. 69 e 70): estrutura de capital, liquidez geral, liquidez corrente, endividamento total e de curto prazo, margem bruta (EBTIDA) e margem líquida.

Tendo esse contexto, a pesquisa coletou dados das demonstrações contábeis da Companhia Pernambucana de Saneamento - Compesa, do período de 2018 a 2022, interpretando sua condição econômico-financeira por meio da análise dos seguintes indicadores de desempenho: estrutura de capital, liquidez geral, liquidez corrente, endividamento total e de curto prazo, margem bruta (EBTIDA) e margem líquida.

Por fim, o presente estudo se propõe a analisar a situação **econômico-financeira da Compesa após a atualização do Marco Legal de Saneamento.**

1.1. PROBLEMA DE PESQUISA

O cenário econômico e social do saneamento básico nacional adotou novas diretrizes com a promulgação da Lei Nº 14.026, de 15 de julho de 2020, ou Novo Marco Legal de Saneamento.

A atualização prevê que os serviços sanitários (fornecimento de água e rede de esgoto) devem chegar à toda população brasileira até o ano de 2033, sendo promovidos com qualidade (VERDÉLIO, 2020). Para isso, desde a publicação da nova lei no ano de 2020, as empresas de saneamento vem introduzindo mudanças na gestão de seus recursos financeiros, impactando no exercício social contábil.

Como exposto acima, a problemática desta pesquisa segue a linha da importância da análise de demonstrações contábeis, pois é uma técnica que explica por meio dos índices econômico-financeiros como está o andamento financeiro de uma empresa.

> “Uma forma simples de analisarmos uma entidade é verificando o comportamento de um dado item da demonstração contábil em termos evolutivos ou em comparação com uma outra conta.” (SILVA, 2009).

Foi escolhida a Companhia Pernambucana de Saneamento (Compesa), que fornece os serviços públicos de saneamento ao estado de Pernambuco por meio do regime de concessão.

Com a nova legislação, coube à Compesa ampliar os seus serviços de saneamento em Pernambuco, com investimentos de alto custo e inovação. Isso acaba por alterar seus índices de desempenho, positivamente ou negativamente, e a viabilidade na concretização das metas da nova lei.

Posto isso, a pesquisa tem como questão o seguinte: **como se deu o desempenho da Companhia Pernambucana de Saneamento durante os anos, a partir da análise de seus indicadores econômico-financeiros.**

1.2. JUSTIFICATIVA

A relação entre contabilidade e saneamento básico tem sido caracterizada apenas como um cumprimento dos Procedimentos Contábeis Regulatórios por parte das companhias estaduais de saneamento, não apresentando de forma objetiva à população os impactos causados na estrutura financeira das companhias por eventuais mudanças de normas e leis. Como o país mudou recentemente sua lei de saneamento básico, para as pesquisas e para a literatura, é importante saber como está sendo o impacto às demonstrações contábeis ou contas específicas e como anda a situação patrimonial das empresas concessionárias de serviços sanitários.

Neste contexto, esta pesquisa torna-se relevante pois trará novas informações acerca de uma lei tão recente, com a comparação das informações econômico-financeiras poderá diagnosticar riscos e oportunidades, saber se a empresa está desempenhando uma melhor gestão, se os projetos e serviços estão sendo melhor prestados com a nova lei, além de trazer uma melhor transparência de dados e gestão.

Como aponta Toledo (2022), que redigiu uma fala de Eliseu Martins em sua matéria "*contabilidade do setor de saneamento tem grandes desafios*":

> "É preciso discutir as normas e trocar ideias críticas, que possam ser utilizadas nas empresas ou mesmo que sirvam para evoluir as normas. É preciso contribuir com ousadia, com o espírito de evoluir. A verdade existe até que seja contestada" (Eliseu Martins)

1.3. OBJETIVOS

1.3.1. Objetivo Geral

O objetivo geral do estudo é comparar o panorama financeiro atual da Compesa com o seu panorama financeiro de anos anteriores, através da análise de suas demonstrações contábeis e de seus principais indicadores financeiros. O intuito dessa comparação é identificar quais são os indicadores econômico-financeiros da companhia de saneamento que mais tiveram alterações, positivamente ou negativamente, devido às mudanças financeiras e econômicas exigidas pela nova Lei 14.026/2020.

1.3.2. Objetivos Específicos

- Identificar, através da análise de comparação, como os indicadores econômico-financeiros se modificaram após a adequação da companhia ao novo marco de saneamento;
- Analisar, através das demonstrações contábeis, os indicadores econômico-financeiros da Compesa, como a liquidez e o endividamento no período de 2018 a 2022; e
- Abordar aspectos importantes do uso de indicadores na análise das demonstrações financeiras.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. O Contexto histórico do Saneamento no Brasil

O saneamento básico é um aspecto público de grande seriedade, que vai da dignidade da vida humana até o desenvolvimento de um território. Para a compreensão do atual panorama sanitário brasileiro, é preciso voltar alguns anos e entender como o Brasil conseguiu implementar sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

No ano de 1500 o explorador Pedro Álvares Cabral desembarcou nas terras brasileiras, trazendo posteriormente várias caravelas da Europa. Atraídos pelos tesouros recém descoberta, fizeram moradia na terra que agora era domínio de Portugal. O resultado da concentração dos imigrantes foi a disseminação de agentes patológicos entres os habitantes nativos.

De acordo com Pulhez e Marques (2020), o período colonial brasileiro não teve intervenções sanitárias e nem evoluiu nesse aspecto, ficando por conta da própria população o abastecimento de água e a coleta de dejetos.Os autores ainda afirmam que, foi a partir do século XIX que as medidas de saneamento ganharam importância, pois o país estava passando por um período onde várias doenças, causadas pela insalubridade, estavam levando às pessoas a óbito.

A Revolução Industrial, iniciada na Inglaterra, influenciou a estrutura das comunidades brasileiras, sendo um período marcado pela saída das pessoas do campo para a cidade, onde passaram a morar em cortiços e lugares apertados, dividindo os mesmos ambientes com diversas pessoas. Sem hábitos de higiene pessoal, água potável e até limpeza dos alimentos, a população desse período foi acometida por diversas doenças, como cólera e febre amarela, que se disseminaram rapidamente. Foi então que a questão da saúde pública veio a ser interesse do Estado:

> “[...] o país criou uma legislação de restrições e modulações relativas aos modos de morar da população, com códigos de posturas e códigos sanitários que visavam a banir moradias consideradas insalubres, como era o caso dos cortiços e estalagens. A mudança resultou em violentas ações de despejo e remoções. Essas iniciativas expressaram e, simultaneamente, reforçaram importantes deslocamentos nas percepções sociais sobre o

> papel do Estado e sobre a legitimidade de suas intervenções sobre as sociedades.” (Pulhez e Marques, 2020)

Sem hábitos de higiene pessoal, água potável e até limpeza dos alimentos, a população desse período foi acometida por diversas doenças, como cólera e febre amarela, que se disseminaram rapidamente. Como a interferência no cotidiano da sociedade foi intensa, a questão da saúde pública veio a ser interesse do Estado, que passou a estruturar mudanças na estrutura de saúde e reformas sanitárias. Foi então que no ano de 1894, o primeiro Código Sanitário do Estado de São Paulo foi promulgado, com 520 artigos, reunindo as normas de higiene e saúde pública (Diaz e Nunes, 2020, apud MIRANZI et al, 2010).

No século XX iniciou-se vários trabalhos de intervenções sanitárias, idealizadas pelo engenheiro Saturnino de Brito e pelo médico Oswaldo Cruz. Saturnino idealizou um sistema de serviços de esgotamento sanitário, pelo qual ficou conhecido como o pai da Engenharia Sanitária e Ambiental no país (Diaz e Nunes, 2020). Já Oswaldo Cruz, executou diversas campanhas sanitárias tentando controlar as doenças que afligiam o país:

> “O objetivo era terminar com a febre amarela e outras doenças epidêmicas que tornavam a cidade um "porto sujo”. Para extirpar as doenças, o médico Oswaldo Cruz, com o apoio do governo, realizou inspeção sanitária em 23 portos além de campanhas de vacinação. Uma destas campanhas de vacinação teve grande resistência de parte da população, gerando uma grande revolta que ficou conhecida como a “Revolta da Vacina” (Diaz e Nunes, 2020).

Tal movimento sanitarista foi necessário para tornar possível a consciência acerca das políticas sanitárias, podendo-se dizer que garantiu que o governo federal criasse normas que educassem sobre a higiene. Os movimentos em prol da organização da saúde no Brasil geraram bons resultados. É o caso da criação do Departamento Nacional de Saúde Pública, liderado pelo médico Carlos Chagas que além de participar ativamente na criação do Departamento Nacional de Saúde Pública, reorganizou os serviços de saúde pública (Diaz e Nunes, 2020, apud Rodrigues; ALVES, 1977).

Segundo Pulhez e Marques (2020), na década de 50, durante o segundo governo de Getúlio Vargas, não houve uma grande evolução sanitária, pois o Estado

estava com falta de recursos financeiros. Ainda segundo os autores, na década de 60, o governo militar comandou a criação do FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço), onde seus recursos financiaram o setor do saneamento.

No século XXI, pelo governo do presidente Lula, os planos para a evolução do saneamento voltaram as discussões públicas, com a criação do Ministério das Cidades e a Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental (Pulhez e Marques, 2020). Ainda sob o governo Lula, foi criada a Lei do Saneamento Básico, Lei Federal No 11.445, tendo como princípios imprescindíveis à saúde pública, segurança de vida, proteção ao meio ambiente, adequação a particularidades locais, planejamentos de desenvolvimento urbano e regional, e o combate à pobreza (BRASIL, 2007).

Atualmente, o Brasil enfrenta desafios para garantir o acesso universal aos serviços de saneamento básico, principalmente nas regiões mais carentes e vulneráveis, e busca soluções que garantam o equilíbrio financeiro e a eficiência na gestão dos sistemas de saneamento.

2.2. Lei 14.026/2020 - Novo Marco Legal do Saneamento Básico

A Lei nº 14.026/2020, conhecida como o novo marco legal do saneamento básico, foi sancionada em julho de 2020 pelo presidente Jair Bolsonaro, e entrou em vigor em agosto do mesmo ano. Tem como principal objetivo estimular a universalização do acesso aos serviços de saneamento básico no país e para isso, introduz importantes mudanças na regulamentação do setor.

Em seu art.3º, inciso I, compõe-se por saneamento básico os seguintes serviços (Brasil, 2020): a)abastecimento de água potável; b)esgotamento sanitário; c) limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos; e d) drenagem e manejo das águas pluviais urbanas.

A lei prevê a abertura do setor para a iniciativa privada e estabelece novas regras para a prestação dos serviços pelos municípios. Uma das principais mudanças trazidas pela nova lei é a obrigatoriedade de licitação para a contratação

dos serviços de saneamento, o que significa que as prefeituras deverão abrir concorrência pública para escolher as empresas que vão prestar os serviços.

Além disso, a lei estabelece metas de universalização para o abastecimento de água e coleta e tratamento de esgoto, o prazo para a universalização dos serviços foi estabelecido em 2033, sendo que em áreas rurais, este prazo é estendido até 2040. Além disso, a lei prevê que o poder público deverá fixar as metas de expansão dos serviços, de modo a garantir a sua universalização (Brasil, 2020):

a) universalização do acesso e efetiva prestação do serviço;
b) segurança, qualidade, regularidade e continuidade;
c) integração das infraestruturas e dos serviços com a gestão eficiente dos recursos hídricos;
d) redução e controle das perdas de água, inclusive na distribuição de água tratada, estímulo à racionalização de seu consumo pelos usuários e fomento à eficiência energética, ao reuso de efluentes sanitários e ao aproveitamento de águas de chuva;
e) prestação regionalizada dos serviços, com vistas à geração de ganhos de escala e à garantia da universalização e da viabilidade técnica e econômico-financeira dos serviços;
f) seleção competitiva do prestador dos serviços; e
g) prestação concomitante dos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário.

De acordo com a ANA, uma pesquisa realizada pelo SNIS (Sistema Nacional de Informação sobre Saneamento) no ano de 2018, apontou que grande parte da população tem acesso ao serviço de abastecimento de água, entretanto, quanto aos serviços de esgoto sanitário, menos da metade da população brasileira não tem esse serviço. No país é produzido um pouco mais de 9.000 toneladas de resíduos orgânicos, com mais da metade contaminando os rios (ANA, 2020).

A partir de um serviço de análise feito pelo Atlas Esgoto, que traz a situação do esgotamento sanitário das cidades do Brasil, para que o país consiga universalizar os serviços dos setores hídricos e de saneamento até o ano de 2035, é

necessário que o governo invista pelo menos R$149,5 bilhões, que devem ser aplicados entre coleta e tratamento de esgoto (ANA, 2020).

Outra mudança importante é a possibilidade de celebração de contratos de programa entre os municípios e as empresas estaduais de saneamento. Esses contratos são considerados uma alternativa para municípios que não têm capacidade financeira ou técnica para prestar os serviços de saneamento, e podem permitir que empresas estatais ofereçam serviços em áreas carentes e com menor capacidade de investimento.

2.3. Companhia Pernambucana de Saneamento - Compesa

A Companhia Pernambucana de Saneamento (Compesa) é uma empresa pública estadual fundada em 1971, responsável pela prestação dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário no estado de Pernambuco, localizado na região Nordeste do Brasil. Segundo informações do próprio site da companhia, em sua rota de trabalho estão praticamente quase todos os 184 municípios do Estado, incluindo o distrito de Fernando de Noronha.

> “Sociedade anônima de economia mista, com fins de utilidade pública, a Compesa está vinculada ao Governo do Estado de Pernambuco por meio da Secretaria de Recursos Hídricos e Saneamento. É uma organização dotada de personalidade jurídica de direito privado, tendo o Estado como seu maior acionista”. (Compesa, 2023)

A Compesa foi instituída através da Lei nº 6307, em 29 de julho de 1971. A sua criação visava centralizar, em uma única autarquia, os projetos que contemplariam o Plano Nacional de Saneamento (Planasa). Isso garantiria a viabilidade econômico-financeira da relação entre o Estado e a União, seguindo a mesma metodologia adotada pelo Banco Nacional de Habitação (BNH). Com essa finalidade, a Saneamento do Recife (Saner) e a Saneamento do Interior de Pernambuco (Sanepe) foram incorporadas como subsidiárias da nova empresa, que sucedeu o Fundo de Saneamento de Pernambuco (Fundespe). Posteriormente, em 1974, as duas organizações foram extintas e a unificação dos serviços foi concluída. (Compesa, 2023)

É importante ressaltar que a Compesa visa alcançar bons resultados pelo estabelecimento de estratégias e metas. Assim, esse estudo também fará menção a alguns do que a companhia define como os seus indicadores estratégicos.

> “Ao todo, foram construídos 28 indicadores, dos quais 7 são denominados indicadores estratégicos prioritários e fazem parte da avaliação realizada pelo Conselho de Administração, devido ao impacto que geram na estratégia, abrangendo aspectos comerciais, financeiros, operacionais, de qualidade da água e da satisfação dos clientes.” (COMPESA, 2019)

Os indicadores estratégicos financeiros mencionados neste trabalho são: arrecadação, margem EBITDA (já mencionada) e despesas operacionais.

2.4. Demonstrações Contábeis

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), em seu pronunciamento técnico 26, define as demonstrações contábeis como um conjunto de informações financeiras que têm como objetivo apresentar a posição financeira, o desempenho e as mudanças na posição financeira de uma empresa.

> “As demonstrações contábeis também objetivam apresentar os resultados da atuação da administração, em face de seus deveres e responsabilidades na gestão diligente dos recursos que lhe foram confiados”. (CPC 26)

As demonstrações contábeis são um conjunto de relatórios que apresentam informações fundamentais para a tomada de decisões dos usuários externos e internos das informações contábeis, como investidores, credores, fornecedores, gestores e reguladores. Esses relatórios incluem o balanço patrimonial, demonstração do resultado do exercício, demonstração do resultado abrangente, demonstração das mutações do patrimônio líquido e a demonstração dos fluxos de caixa. De acordo com o CPC 26, as demonstrações contábeis fornecem dados como a receita e despesa da empresa, seu patrimônio líquido, ativos e passivos, fluxo de caixa, entre outras informações relevantes.

Além disso, as demonstrações contábeis são exigidas por lei e normas regulatórias, como a Lei das Sociedades por Ações e as normas da Comissão de

Valores Mobiliários (CVM). Por meio dessas informações, os usuários das demonstrações contábeis podem avaliar a saúde financeira da empresa, sua capacidade de gerar lucros e fluxos de caixa, bem como a eficiência da gestão dos recursos financeiros da empresa.

As demonstrações contábeis são importantes ferramentas para avaliar a saúde financeira da empresa, sua capacidade de gerar lucros e fluxos de caixa, bem como a eficiência da gestão dos recursos financeiros da empresa. Elas também são exigidas por leis e normas regulatórias, como a Lei das Sociedades por Ações e as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), com o objetivo de garantir a transparência e a confiabilidade das informações financeiras divulgadas pelas empresas.

2.4.1. Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado

O Balanço Patrimonial (BP) é uma das demonstrações contábeis mais relevantes para apresentar a situação financeira de uma empresa em uma determinada data. De acordo com Matarazzo (1998), o Balanço Patrimonial é definido como um quadro estático que apresenta a situação patrimonial e financeira de uma empresa em um determinado momento, exibindo os bens e direitos que possui, assim como as obrigações e as fontes de recursos para financiá-las. Nele se encontram as contas do ativo, passivo e patrimônio líquido.

Além disso, Silva (2009) destaca a importância do BP como uma ferramenta de análise financeira, permitindo que os usuários das informações contábeis avaliem a situação financeira e patrimonial da empresa em uma determinada data.

A Demonstração do Resultado (DR) segundo Silva (2009), é uma ferramenta que evidencia a capacidade da entidade obter lucro ou prejuízo em suas operações, a partir da comparação do resultado das receitas e das despesas em um determinado exercício social. Matarazzo (1998) ressalta que, a partir de suas operações, é possível identificar problemas ou oportunidades de melhoria na gestão financeira. Adicionalmente, a DR é uma informação crucial para investidores, credores e reguladores, já que possibilita avaliar a rentabilidade e a capacidade de pagamento da empresa.

2.5. Indicadores Econômico-Financeiros

Segundo Matarazzo (1998, p.153), “Índice é a relação entre contas ou grupos de contas das Demonstrações Financeiras, que visa evidenciar determinado aspecto da situação econômica ou financeira de uma empresa.” Ainda de acordo com o autor, esses indicadores financeiros podem ser usados tanto para fins internos, como na gestão financeira da empresa, quanto para fins externos, como na avaliação do desempenho da empresa por parte de investidores, credores e outros stakeholders.

As demonstrações contábeis apresentam um conjunto de informações sobre a entidade, porém, por si só, podem não fornecer uma visão completa da situação econômica e financeira da empresa. Por isso, a análise das demonstrações através de indicadores se torna fundamental para transformar esses dados em informações úteis que possam proporcionar um melhor entendimento do que está ocorrendo na empresa.

Com o propósito de alcançar a finalidade geral desta pesquisa, que é examinar os índices que retratam a situação financeira e econômica da empresa em questão, foram selecionados alguns índices de liquidez, endividamento, estrutura, rentabilidade e EBITDA.

2.6. Indicadores de Liquidez

Os índices de liquidez são ferramentas importantes na análise financeira de uma empresa, pois permitem avaliar sua capacidade de cumprir com suas obrigações financeiras. Essa capacidade de pagamento pode ser analisada em diferentes prazos, incluindo o longo prazo, o curto prazo e o prazo imediato.

Segundo Iudícibus (2017), os indicadores de liquidez são importantes para avaliar a capacidade da empresa de honrar seus compromissos de curto prazo, ou seja, de pagar suas dívidas que vencem em até 12 meses.

É importante destacar que cada prazo exige uma avaliação específica, visto que a disponibilidade de recursos e a estrutura financeira da empresa podem variar de acordo com o período considerado. Dessa forma, a análise dos índices de liquidez é essencial para garantir uma avaliação completa e precisa da situação financeira da empresa em diferentes momentos.

Para fins deste estudo, serão utilizados dois índices de liquidez: geral e o corrente. Esses índices são importantes para avaliar a capacidade da empresa de honrar suas obrigações financeiras em curto e longo prazo, medindo a relação entre seus ativos e passivos circulantes. O índice de liquidez geral considera não apenas os recursos mais líquidos da empresa, mas também seus ativos de longo prazo, enquanto o índice de liquidez corrente leva em conta apenas os ativos circulantes.

2.6.1. Liquidez Geral

Por este indicador financeiro é avaliado o ativo circulante da empresa com o realizável a longo prazo pelo passivo circulante com o passivo exigível a longo prazo. “A liquidez geral considera não somente os itens de curto prazo, mas também os de longo prazo que possam ser transformados no futuro em caixa”, explica Silva (2009, p.114).

Quadro 01 - Fórmula do índice de liquidez geral

Liquidez Geral	$\frac{\textbf{Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo}}{\textbf{Passivo Circulante + Passivo Exigível a Longo Prazo}}$

Fonte: Adaptada pela autora com base nos autores

2.6.2. Liquidez Corrente

A liquidez corrente é uma métrica financeira que indica a capacidade de uma empresa em quitar suas obrigações de curto prazo utilizando seus ativos circulantes. Essas obrigações se assemelham com o índice de liquidez geral, pois incluem dívidas e pagamentos de contas que também vencem em até 12 meses.

Pelas palavras de Silva (2009, p.112), este indicador mostra se os “ativos de curto prazo são maiores ou menores que os passivos de curto prazo" com a conclusão de que são capazes ou não de quitar suas obrigações.

O cálculo da liquidez corrente é realizado dividindo-se o total dos ativos circulantes pelo total das obrigações de curto prazo.

Quadro 02 - Fórmula do índice de liquidez corrente

Liquidez Corrente	$\frac{\textbf{Ativo Circulante}}{\textbf{Passivo Circulante}}$

Fonte: Adaptada pela autora com base nos autores

2.7. Indicadores de Endividamento

Indicadores de endividamento são ferramentas amplamente utilizadas na análise financeira de uma empresa, revelando a proporção de recursos de terceiros (dívidas) em relação aos recursos próprios (patrimônio líquido).

Através desses indicadores, é possível verificar a capacidade da empresa em cumprir suas obrigações financeiras e identificar eventuais riscos financeiros, bem como obter comparações entre diferentes empresas do mesmo setor e análise da evolução histórica da empresa em questão.

De acordo com Iudícibus (2017), os indicadores de endividamento são medidas que indicam o grau de endividamento da empresa em relação ao seu patrimônio, ou seja, a proporção de capital de terceiros em relação ao capital próprio.

2.7.1. Endividamento Total

Matarazzo (1998) define o endividamento total como a relação entre o total das dívidas da empresa e o total de ativos da empresa. Sendo um indicador que avalia a proporção do capital de terceiros em relação ao capital próprio da empresa.

O endividamento total ou geral tem o objetivo de identificar a proporção do capital de terceiros presente no passivo total em relação ao ativo total. Esse indicador é calculado pelo passivo total dividido pelo ativo total.

Quadro 03 - Fórmula do índice de endividamento total

Endividamento Total	**Passivo Circulante + Passivo não Circulante** / **Ativo Total**

Fonte: Adaptada pela autora com base nos autores

2.7.2. Endividamento de Curto Prazo

O endividamento de curto prazo é a proporção das dívidas contraídas pela empresa para financiar suas atividades de curto prazo, principalmente o ativo circulante. Devem ser pagas em um prazo de até 12 meses em relação ao total do passivo da empresa.

Matarazzo (1998) define o endividamento de curto prazo como as dívidas da empresa que vencem em até um ano. Isso inclui empréstimos bancários, contas a pagar a fornecedores, tributos a pagar, entre outras obrigações que devem ser quitadas no curto prazo.

É importante monitorar esse indicador para avaliar a capacidade da empresa em honrar suas dívidas no curto prazo e evitar possíveis problemas de liquidez.

Quadro 04 -Fórmula do índice de endividamento de cp

Endividamento de Curto Prazo	**Passivo Circulante** / **Ativo Total**

Fonte: Adaptada pela autora com base nos autores

2.7.3. Estrutura de Capital

A Estrutura de Capital é um índice financeiro que reflete a relação entre o capital próprio e o capital de terceiros que uma empresa utiliza para financiar suas operações.

A primeira relação é a Participação do Capital de Terceiros ou Índice de Endividamento. Segundo Aprato, “ A análise deste índice demonstra a garantia que

os capitais de terceiros têm em relação aos capitais próprios da empresa, isto é, indica o montante de dívida de uma unidade monetária do Patrimônio Líquido existente.”

Quadro 05 - Fórmula do índice de participação do ct

Participação do Capital de Terceiros	$\frac{\textbf{Passivo Exigível}}{\textbf{Patrimônio Líquido}}$

Fonte: Adaptada pela autora com base nos autores

2.8. Indicadores de Rentabilidade

Conforme Matarazzo (1998), os índices de rentabilidade medem a eficiência operacional da empresa, bem como sua capacidade em gerar retornos para os investidores e acionistas.

Os indicadores de rentabilidade são importantes ferramentas utilizadas na análise financeira para avaliar o desempenho da empresa em diferentes períodos e permitir comparações com outras empresas do mesmo setor ou segmento. Além de indicar o retorno da rentabilidade dos investimentos, esses indicadores também revelam a consequência econômica da empresa, demonstrando sua capacidade de gerar lucros em relação ao patrimônio investido pelos acionistas.

Os indicadores de rentabilidade mais comuns incluem o retorno sobre o patrimônio líquido, retorno sobre o ativo, margem de lucro líquido e rentabilidade operacional. Porém, este estudo contará apenas com os indicadores de margem bruta e margem líquida.

2.8.1. Margem Bruta (EBITDA)

A margem bruta ou também conhecida como EBITDA (lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização), é um indicador financeiro que ajuda a identificar a porcentagem de lucro bruto que uma empresa obteve em relação às suas vendas, ou seja, não leva em consideração os investimentos, empréstimos e impostos. “Ebitda é um indicador que exclui custos que não estão ligados diretamente à essência do business em questão.” (DARONCO, 2023).

Tal porcentagem revela a eficiência da empresa em gerar lucro bruto a partir de suas vendas. O cálculo da margem bruta se dá pela divisão do lucro bruto pela receita total de vendas. Quanto maior a margem bruta, maior é a capacidade da empresa em gerar caixa.

Quadro 06 - Fórmula da margem bruta

Margem EBITDA	$\frac{\textbf{EBITDA}}{\textbf{Receita Líquida}}$

Fonte: Adaptada pela autora com base nos autores

2.8.2. Margem Líquida

Segundo Reis (2023), “A margem de lucro líquido é o resultado da divisão do lucro líquido da companhia pela receita líquida após todos os impostos e tributos serem devidamente deduzidos.”

Este indicador financeiro ajuda na avaliação da eficiência da empresa em gerar lucro após a dedução de todos os custos e despesas, incluindo impostos, juros e despesas administrativas. Uma margem líquida mais alta indica que a empresa está gerando mais lucro líquido por unidade de venda, o que pode indicar uma maior eficiência operacional e um maior controle de custos e despesas. Por outro lado, uma margem líquida mais baixa pode indicar que a empresa está tendo dificuldades em controlar seus custos e despesas ou está enfrentando pressão competitiva no mercado.

Quadro 07 - Fórmula da margem líquida

Margem Líquida	$\frac{\textbf{Lucro Líquido}}{\textbf{Venda Líquida}}$

Fonte: Adaptada pela autora com base nos autores

2.9. Indicadores Estratégicos

A empresa de auditoria e consultoria KPMG (2004) esclarece que os indicadores estratégicos estão inseridos em uma estrutura de gestão abrangente

chamada Balanced Scorecard (BSC), que utiliza indicadores com objetivos estratégicos para obter medidas de desempenho. Ainda pela definição da KPMG, diferentemente dos indicadores de desempenho tradicionais que se baseiam em aspectos financeiros, como demonstrações de lucros e perdas, o BSC proporciona uma visão equilibrada do desempenho da organização, considerando quatro perspectivas: finanças, clientes, processos internos e aprendizado e crescimento.

Na perspectiva financeira do Balanced Scorecard, os objetivos estratégicos são definidos em termos financeiros, e os indicadores são utilizados para monitorar e obter controle em relação aos resultados.

2.9.1. Arrecadação e Despesas Operacionais

O quadro 8 apresenta as definições apenas dos indicadores financeiros estratégicos prioritários, que permitem uma análise do desempenho corporativo da Compesa.

Quadro 8 – Indicadores Estratégicos Financeiros

Indicador	Definição	Fórmula
Arrecadação	Valor arrecadado de todos os clientes dentro do período em análise, oriundo principalmente dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário. Difere do que é faturado, de acordo com a inadimplência dos clientes.	Valor líquido apurado no período de referência.
Despesas Operacionais	Total de despesas relativas à operação da empresa, contemplando itens como energia elétrica, despesas com pessoal, produtos químicos, dentre outros.	Valor apurado no período de referência.

Fonte: Relatório do Plano de Negócios e Gestão da Compesa, 2019

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Quando há algum problema ou questionamento, surge a necessidade de encontrar uma solução, uma resposta ou algo que forneça fundamentação para aquilo que se deseja encontrar. Primeiro, faz-se necessário saber se a indagação pode ser considerada “passível de tratamento científico” (GIL, 2009, p.23), para então selecionar os métodos e técnicas que para obtenção da resposta. De acordo com Gil (2009), um problema só é considerado uma pesquisa científica se houver explicação empírica, ou seja, deve existir uma construção de teorias e hipóteses que, através de testes e análises, possam ser fundamentadas.

Se, tratamento científico é o conhecimento obtido por “variáveis que podem ser tidas como testáveis” (GIL, 2009, p.24), o resultado do presente estudo foi obtido pelas “causas e efeitos”, as causas foram as mudanças do Novo Marco Legal do Saneamento, que surtiram efeitos nos índices financeiros-econômicos da Companhia Pernambucana de Saneamento, que são as variáveis.

Como já foi dito anteriormente, após a confirmação de que este trabalho é uma pesquisa científica, é preciso saber qual é o tipo de problema da pesquisa, para que então se encaminhe para a seleção dos métodos e técnicas.

3.1 . TIPO DE PESQUISA

Yin (2015, p.4) diz o seguinte sobre o método de estudo de caso: “quanto mais suas questões procurarem explicar alguma circunstância presente (por exemplo, “como” e por que” algum fenômeno social funciona), mais o método do estudo de caso será relevante.”

Por tanto este estudo, por se tratar de uma análise de um objeto particular: análise da Compesa, em um tempo delimitado, foi definido como um estudo de caso.

3.2. MÉTODO DA PESQUISA

A fim de responder o problema deste trabalho, primeiro será realizado um estudo de caso descritivo quantitativo, referente aos dados da Compesa antes das mudanças na Lei Federal n° 14.026. Segundo Yin (2015), um estudo de caso pode ser descritivo, apresentando os fenômenos ocorridos a partir da coleta de dados.

A partir do referencial teórico tem-se toda uma estrutura bibliográfica e aprofundamento do tema do presente trabalho. Para Gil (2009), um levantamento bibliográfico se dá por obras que já foram publicadas (livros, teses, anais) que direciona e fundamenta o problema da pesquisa, “são fontes capazes de fornecer respostas adequadas à solução do problema proposto” (GIL, 2009, p.64).

3.3 DELIMITAÇÃO DA PESQUISA

Como esclarece Yin (2015, p.36), “também desejável, para qualquer tópico escolhido, são os limites específicos de tempo, para definir o começo e o fim estimados do caso”. Assim, para a análise, será de uma única empresa de saneamento público, a Compesa e os dados iniciais serão seus exercícios sociais de 2018 a 2022, aplicando as técnicas de análises das Demonstrações Contábeis, para saber como a companhia se comportava antes e durante da a nova Lei entrar em vigor. Yin (2015, p.36) também considera que: “delimitar o caso dessa maneira ajudará a determinar o escopo de sua coleta de dados (...)”.

3.4 COLETA DE DADOS

Os dados utilizados para a pesquisa foram coletados juntamente à empresa referida deste trabalho, a fim de serem utilizados pela autora em seu Trabalho de Conclusão de Curso. Serão informações de seus relatórios contábeis, tais como Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício, que servirão como material para utilização das técnicas e métodos específicos de pesquisa. Também será coletado dados de relatórios publicados pela administração da companhia e das notas explicativas.. Pelas palavras de Gil (2009) entende-se que, há várias

formas para se coletar dados e “os resultados obtidos no estudo de caso devem ser provenientes da convergência ou da divergência das observações obtidas de diferentes procedimentos.” (p.140).

3.5 ANÁLISE DOS DADOS

Sobre pesquisa documental Gil (2009, p.89) ressalta o seguinte:

> “A análise do conteúdo desenvolve-se em três fases. A primeira é a pré-análise, onde se procede a escolha dos documentos, à formulação de hipóteses e à preparação do material para análise. A segunda é a exploração do material, que envolve a escolha das unidades, a enumeração e a classificação. A terceira etapa, por fim, é constituída pelo tratamento, inferência e interpretação dos dados”. (GIL, aput BARDIN, 2009, p. 89).

Para a análise dos dados, serão apresentados, quadros com os dados referentes aos anos de 2018 a 2022. Serão interpretados de maneira descritiva e documental, utilizando-se dos variados índices que permitem um estudo relacionado a situação financeira e econômica da empresa.

Com base nos dados coletados através do próprio site da Compesa, abaixo está o quadro 9 e logo em seguida o quadro 10, com seguintes demonstrativos financeiros da Compesa: o Balanço Patrimonial e a Demonstração de Resultados, do ano de 2018 a 2022.

Quadro 9 - Balanços Patrimoniais da Compesa, anos de 2018 a 2022.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de Reais)					
Descrição	**2018**	**2019**	**2020**	**2021**	**2022**
ATIVO					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	79.140	123.658	174.413	211.353	125.595
Contas a receber de clientes	512.111	567.266	599.836	687.299	808.211
Estoques	39.768	36.151	17.263	26.683	19.997
Ativo fiscal corrente	63.451	63.094	84.952	60.179	40.515
Convênios e outros investimentos	12.649	15.116	16.683	22.865	30.503
Outros créditos a receber	17.485	3.314	3.835	4.198	8.336
Despesas antecipadas	1.040	589	260	110	9898
Total do ativo circulante	**725.644**	**809.188**	**897.242**	**1.012.687**	**1.033.255**
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Contas a receber de clientes	27.467	23.798	22.322	21.599	22.704
Ativo fiscal diferido	727	2.518	266	843	20.500
Convênios e outros investimentos	143.505	155.268	149.164	163.387	148.287

Depósitos judiciais	91.147	70.386	64.987	66.552	71.514
Ativo de contratos	75.353	128.268	159.256	244.112	348.168
Imobilizado	36.048	61.533	50.461	45.168	61.158
Intangível	6.247.915	6.890.092	7.450.886	8.105.758	9.039.953
Total do ativo não circulante	**6.622.787**	**7.331.863**	**7.897.342**	**8.647.419**	**9.712.284**
Total do Ativo	**7.348.431**	**8.141.051**	**8.794.584**	**9.660.106**	**10.745.539**
PASSIVO					
Circulante					
Arrendamento Mercantil	-	10.713	11.403	6.786	15.120
Empréstimos e financiamentos	43.937	45.133	59.356	64.177	115.411
Fornecedores	128.053	155.685	133.131	161.820	197.188
Debêntures	51.725	47.031	41.735	18.035	-
Depósitos e retenções contratuais	2.619	327	425	489	635
Passivo fiscal - corrente	28.957	23.407	34.580	30.966	28.538
Passivo fiscal - diferido	9.339	7.649	7.649	7.649	7.649
Consignações a recolher	5.140	5.255	7.216	6.016	6.597
Salários e encargos sociais a pagar	55.599	50.929	50.550	42.791	46.486
Juros sobre o capital próprio a pagar	93.705	72.673	85.759	50.494	15.705
Outras contas a pagar	13.746	13.431	14.551	28.010	38.102
Total do passivo circulante	**432.820**	**432.233**	**446.355**	**417.233**	**471.431**
Não circulante					
Arrendamento Mercantil	-	14.681	6.730	1.333	1.869
Empréstimos e financiamentos	113.062	132.409	171.063	336.373	512.818
Debêntures	90.342	44.520	18.035	-	-
Provisões e passivos contingentes	71.574	79.390	88.583	65.463	68.803
Passivo fiscal - corrente	554	554	490	442	298
Passivo fiscal - diferido	31.642	34.579	36.090	46.411	56.081
Outras contas a pagar	762.050	964.687	1.149.153	1.315.896	1.581.340
Juros sobre capital próprio - Estado de Pernambuco	-	8.531	39.376	94.813	145.004
Benefício a empregados	188.003	205.001	212.736	236.906	269.362
Total do passivo não circulante	**1.257.227**	**1.484.352**	**1.722.256**	**2.097.637**	**2.635.575**
Total do passivo	**1.690.047**	**1.916.585**	**2.168.611**	**2.514.870**	**3.107.006**
Patrimônio líquido					
Capital social	5.010.683	5.082.376	5.704.894	6.494.713	6.982.772
Adiantamento para futuro aumento de capital	513.907	957.564	724.691	328.396	445.930
Ajustes de avaliação patrimonial	(14.837)	(32.953)	(4.193)	(10.026)	(16.840)
Reservas de Lucros	148.631	217.479	200.581	332.153	226.671
Total de patrimônio líquido	**5.658.384**	**6.224.466**	**6.625.973**	**7.145.236**	**7.638.533**

Fonte: Adaptado pela autora com base nos demonstrativos publicados pela Compesa (2018 a 2022).

Quadro 10 - Demonstração do Resultado da Compesa, anos de 2018 a 2022.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2018 a 2022 (Em milhares de Reais)					
Descrição	**2018**	**2019**	**2020**	**2021**	**2022**
Receita Líquida	**2.143.225**	**2.089.138**	**2.350.619**	**2.539.206**	**3.059.820**
Custo dos serviços prestados	(1.539.114)	(1.537.871)	(1.708.518)	(1.817.434)	(2.424.899)
Lucro bruto	604.111	551.267	642.101	721.772	634.921
Receitas (despesas) operacionais					
Comerciais	(193.811)	(126.651)	(196.718)	(185.837)	(191.234)
Administrativas	(160.255)	(196.061)	(200.125)	(214.050)	(287.882)
Tributárias	(17.766)	(8.850)	(12.250)	(13.828)	(14.312)
Honorários da administração	(1.269)	(894)			
Outras receitas (despesas), líquidas	42.181	796	4.623	20.768	6.009

	(330.920)	(331.660)	(404.470)	**(392.947)**	**(487.419)**
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras, líquidas	**273.191**	**219.607**	**237.631**	**328.825**	**147.502**
Receitas financeiras	40.709	66.122	37.595	45.950	67.924
Despesas financeiras	(105.281)	(92.961)	(81.810)	(99.414)	(127.053)
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	(64.572)	(26.839)	(44.215)	(53.464)	**(59.129)**
Resultado antes dos impostos	208.619	192.768	193.416	275.361	88.373
Contribuição social sobre o lucro líquido - corrente	(13.409)	(2.939)	(14.669)	(18.122)	(9.047)
Contribuição social sobre o lucro líquido - diferido	(982)	(12.911)	(1.508)	(10.322)	(9.670)
Imposto de renda - diferido	-	35.937			
Lucro líquido do exercício	**194.228**	**212.855**	**177.239**	**246.917**	**69.656**

Fonte: Adaptado pela autora com base nos demonstrativos publicados pela Compesa (2018 a 2022).

Já o quadro 11 tem a arrecadação dos exercícios sociais da Compesa, de 2018 a 2022.

Quadro 11 - Arrecadação da Compesa, anos de 2018 a 2022.

ARRECADAÇÃO (Em milhares de Reais)				
2018	**2019**	**2020**	**2021**	**2022**
1,490 bilhão	1,591 bilhão	1,626 bilhão	1,759 bilhão	1,939 bilhão

Fonte: Adaptado pela autora com base nos relatórios publicados pela Compesa (2018 a 2022).

Também será utilizado médias e demais medidas de tendência central, que representam o comportamento de valores e suas tendências através de um conjunto de dados. “A moda, a média e a mediana são conhecidas como medidas de tendências centrais, sendo utilizadas para analisar o comportamento de um conjunto de dados estatísticos”. (OLIVEIRA, 2023)

4. ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS

Nesta seção, foram descritos e analisados os principais indicadores financeiros da Compesa, utilizando uma base de dados obtida diretamente da empresa. Foram aplicadas técnicas métricas para alcançar os objetivos propostos neste estudo.

4.1. Liquidez Geral e Liquidez Corrente

Iniciando a análise pelos índices de liquidez, foi possível medir a capacidade da companhia de pagar suas obrigações com dívidas ou com terceiros. Por meio do qual foi possível verificar a real situação financeira de uma empresa e o qual o grau de capacidade ela tem de pagar suas dívidas no curto prazo.

Tabela 01 – Índices de Liquidez

	2018	2019	2020	2021	2022
Liquidez Corrente	1,67	1,87	2,01	2,42	2,19
Liquidez Geral	0,70	0,69	0,67	0,69	0,61

Fonte: Elaborada pela autora com base nos demonstrativos financeiros

Inicialmente temos o índice de liquidez corrente, que esteve superior a 1 em todos anos, e ainda ao longo do tempo, continuou em crescimento sucessivo. Isso indica que a empresa teve capacidade financeira suficiente para quitação de suas dívidas de curto prazo, tendo mais ativos circulantes do que passivos circulantes.

Em relação ao índice de liquidez geral, no período analisado, em todos os anos a companhia esteve em situação desfavorável em relação aos seus compromissos com terceiros. A Compesa apresentou quedas consecutivas nos três primeiros anos, conforme a tabela 1, apenas em 2021 conseguiu diminuir a relação com suas dívidas, mas voltou a cair no ano seguinte. Tal queda pode ter sido ocasionada pelo aumento de empréstimos e financiamentos e também pela crise econômica causada pela pandemia.

4.2. Endividamento Total, de Curto Prazo e Participação do Capital de Terceiros

Em seguida, na tabela 2, estão os índices de endividamento, que permitem medir a proporção do capital de uma empresa que é financiada por terceiros, ou seja, por meio de dívidas e empréstimos.

Tabela 02 – Índices de Endividamento (%)

	2018	2019	2020	2021	2022
Endividamento Total	22	23	24	26	28
Endividamento de CP	5	5	5	4	4
Participação do Capital de Terceiros	22,2	23,8	25,9	29,3	34,5

Fonte: Elaborada pela autora com base nos demonstrativos financeiros

Sobre o endividamento total, foi aumentando a cada período, representando a proporção do capital de uma empresa que é financiada por terceiros, ou seja, por meio de dívidas e empréstimos. Se as maiores dívidas da Compesa estão no longo prazo, a saúde financeira da companhia pode estar comprometida.

Analisando o endividamento de curto prazo, é visível que foi constante durante o período de análise e por este índice sabe-se que a companhia consegue honrar com as suas obrigações de curto prazo.

Quanto à participação do capital de terceiros, a Compesa, em 2018, tinha 22,2% de capital de terceiros e foi aumentando a cada ano, chegando a 34,5% em 2022. As causas para esse aumento podem ser provenientes dos programas de parcerias público-privadas (ppp), onde a companhia busca parcerias como maneira de obter recursos adicionais, consequentemente aumentando o capital de terceiros.

4.3. Margem Bruta (EBITDA) e Margem Líquida

Tabela 03 – Índices de margem bruta e margem líquida (%)

	2018	2019	2020	2021	2022
Margem Bruta	19,7	18,56	18,33	21,33	11,57
Margem Líquida	9,06	10,18	7,54	9,72	2,27

Fonte: Elaborada pela autora com base nos demonstrativos financeiros

No exercício social de 2018, a Compesa fechou seu saldo positivo, com a margem ebitda de 19,7%, tendo a sua receita bruta em R$1,632 bilhão pelos serviços de água e esgotamento sanitário. O arrecadamento do ano de 2018 foi de R$1,490 bilhão, representado pelos clientes.

No ano seguinte a margem ebitda diminuiu, tendo o resultado de 18,56%, mesmo a receita com serviços tendo crescido 7,58%, em relação a 2018. A queda na margem ebitda continuou até 2020, ano da pandemia e do novo marco no saneamento, ficando em 18,33%. A diminuição do impacto negativo não foi tão significativa porque a empresa teve habilidade na negociação de suas dívidas, prorrogando o prazo para pagamento.

> "[...] reduzir em R$ 4 milhões o pagamento mensal do contrato da PPP durante o período de julho a setembro de 2020, gerando um saldo positivo de R$ 16 milhões que deve ser pago em 12 parcelas acrescido de juros; negociação do pagamento de parcelas de financiamentos e empréstimos, prorrogando um total de R$ 23 milhões; [...]." (COMPESA, 2021)

Em 2021, a margem ebitda registrou um aumento notável em comparação aos anos anteriores, elevando a receita em 10,34% em relação a 2020. Vários fatores contribuíram para esse aumento, incluindo o aumento da arrecadação em cerca de R$1,759 bilhão e o crescimento nas receitas provenientes dos serviços de água e esgoto.

Referente à margem bruta no ano de 2022, houve uma queda considerável, ficando em 11,57%. A maior desse resultado foi o aumento nos custos dos serviços prestados e das despesas operacionais, tendo a companhia nesse exercício um lucro líquido de R$70 milhões, bem menor do que o exercício anterior, que ficou em R$246,90 milhões.

Para o índice da margem líquida, a Compesa apresenta pequenas variações no decorrer dos anos, apenas em 2020 há uma maior queda e no exercício social de 2022 há uma queda brusca. Isso se deu por conta da grande quantidade de despesas, que acabou reduzindo o seu lucro líquido, significando que a companhia não conseguiu converter seu percentual de vendas em lucro. Outra causa para esses resultados foi o não reajuste tarifário no ano de 2022.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste estudo foi analisar como a Companhia Pernambucana de Saneamento apresentou seu desempenho antes e durante os anos em que a Lei nº 14.026/2020 esteve em vigor. Utilizando como base os balanços patrimoniais e as demonstrações do resultado do exercício dos anos de 2018 a 2022, foi possível observar que a companhia enfrentou dificuldades para cumprir com suas obrigações de longo prazo. Já o seu perfil de liquidez não deixa a desejar no curto prazo, pois verifica-se que os seus recursos em caixa lhe dão uma disponibilidade maior.

Por outro lado, os indicadores de endividamento e estrutura mostraram que a empresa tem aumentado sua dependência de capital de terceiros ao longo do tempo, o que pode indicar uma possível fragilidade e comprometimento de sua liberdade financeira para tomada de decisões. Embora a companhia tenha mantido um nível estável de endividamento de curto prazo, o aumento do endividamento de longo prazo levanta preocupações. A pandemia do COVID-19 e o novo marco regulatório podem ter sido fatores que influenciaram esse aumento.

Sobre os índices de rentabilidade, observa-se que no período analisado a margem EBITDA, a Compesa vinha aumentando sua rentabilidade até o ano de 2021. Pois no exercício social de 2022, tanto a margem EBITDA, quanto a margem líquida decaíram pelos motivos de aumento nos insumos, a pandemia e o não reajuste tarifário. Talvez afete negativamente seu desempenho econômico nos próximos anos.

Por fim, este estudo foi de grande importância, pois pelas técnicas de análise aplicada, conclui-se que a pesquisa alcançou os objetivos estabelecidos, demonstrando que, sob o novo marco legal do saneamento, a Companhia Pernambucana de Saneamento obteve sucesso em relação aos novos requisitos impostos pela lei, desfavorecido apenas no ano de 2022, em que seus índices foram prejudicados.

Com todas as expectativas sobre o Marco Legal e todas as celebrações financeiras realizadas pela Companhia, o ideal seria uma análise completa, em que

fosse explanado os mais diversos indicadores estratégicos, bem como de seus planos de investimentos.

REFERÊNCIAS

APRATO, Fernando. Índices de estrutura de capitais ou endividamento. Disponível em: <https://s3.amazonaws.com/ead_casa/ead_casa/Aula/11329-indicadores-deendividamento-e-estrutura-fernando-aprato.pdf.>. Acesso em: 25 mar. 2023.

BRASIL. **Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico- ANA**. Disponível em: < https://dados.gov.br/organization/about/agencia-nacional-de-aguas-ana > Acesso em: 11 jan. 2023.

BRASIL. Lei nº 14.026, de 15 de julho de 2020. Atualiza o marco legal do saneamento básico e altera a Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000. Atos do Poder Legislativo. Edição: 135, Seção: 1, Página: 1. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/lei-n-14.026-de-15-de-julho-de-2020-267035421> Acesso em: 23 mar. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Fundação Nacional de Saúde. **Gestão econômico-financeira no setor de saneamento - Funasa**. Ministério da Saúde, Fundação Nacional de Saúde. 2. ed. 2014. Disponível em:<https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/gestao_economico_financeira_setor_saneamento_2_ed.pdf> Acesso em: 20 mar. 2023.

COMPESA. Brasil. **Demonstrações Contábeis.** Disponível em: <https://servicos.compesa.com.br/demonstracoes-contabeis/> Acesso em: 30 mar. 2023

COMPESA. Brasil. **Plano de Negócios e Gestão 2019**. Disponível em: <https://servicos.compesa.com.br/wp-content/uploads/2019/05/Plano_ELP_2019-2023_rev4.pdf> Acesso em: 30 de abr. 2023

COMPESA. Brasil. **Plano de Negócios e Gestão 2020**. Disponível em:<https://servicos.compesa.com.br/wp-content/uploads/2020/07/Relatorio-de-Administracao-09-06-2020.pdf>Acesso em: 30 de abr. 2023

COMPESA. Brasil. **Relatório de Administração 2021.** Disponível em: **<**https://servicos.compesa.com.br/wp-content/uploads/2021/04/Relatorio-de-Administracao-2021.pdf> Acesso em: 30 de abr. 2023

COMPESA. Brasil. **Relatório de Administração 2022.** Disponível em:<https://servicos.compesa.com.br/wp-content/uploads/2022/04/Relatorio-Integrado-de-Administracao-e-Sustentabilidade-2022.pdf> Acesso em: 30 de abr. 2023

COMPESA. Brasil. **Relatório Integrado 2023.** Disponível em: <https://servicos.compesa.com.br/wp-content/uploads/2023/03/Relatorio-Integrado-2023.pdf > Acesso em: 30 de abr. 2023

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis**. 2011. Disponível em: < http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=57 > Acesso em: 25 mar. 2023

DARONCO, João. 2023. **Ebitda: o que é e como calcular? [Guia completo]**. Disponível em: < https://www.suno.com.br/guias/ebitda/ > Acesso em: 25 mar. 2023

DIAZ, Raphael Rodrigo Licheski; NUNES, Larissa dos Reis. **A evolução do saneamento básico na história e o debate de sua privatização no Brasil.** Revista de Direito da Faculdade Guanambi, Guanambi, v. 7, n. 02, ed.292. 2020. Disponível em: < http://revistas.faculdadeguanambi.edu.br/index.php/Revistadedireito/article/view/292/187 > Acesso em 20 mar. 2023.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009

Instituto Trata Brasil. 2021. **Milhões de brasileiros ainda não têm acesso à água**. Disponível em: <https://tratabrasil.org.br/pt/estudo-blog/estudos-itb/milhoes-de-brasileiros ainda-nao-tem-acesso-a-agua> Acesso em: 10 jan. 2023.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Análise de Balanços**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

KPMG. Corporate Trends. **Automating The Balanced Scorecard**. 2004. Disponível em:<https://assets.kpmg.com/content/dam/kpmg/pdf/2016/03/corporatetrends-0409-1.pdf> Acesso em: 30 de abr. 2023.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MATARAZZO, Dante Carmine. **Análise Financeira de Balanços: abordagem básica e gerencial**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR (Brasil). Secretaria Nacional de Saneamento - SNS. **Panorama do Saneamento Básico no Brasil 2021**. 2021. Disponível em: <http://antigo.snis.gov.br/downloads/panorama/PANORAMA_DO_SANEAMENTO_BASICO_NO_BRASIL_SNIS_2021.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2023.

OLIVEIRA, R. R. de. “Moda, média e mediana”, Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilescola.uol.com.br/matematica/moda-media-mediana.htm.> Acesso em 15 de mar. 2023

PULHEZ, Magaly Marques; MARQUES, Eduardo. **A evolução das políticas de saneamento básico**. 2020. Nexo. Disponível em: < https://pp.nexojornal.com.br/linha-do-tempo/2020/A evolu%C3%A7%C3%A3o-das-pol%C3%ADticas-de-saneamento-b%C3%A1sico > Acesso em: 15 de mar. 2023.

REIS, Tiago. 2023. **Margem liquida: entenda como analisar esse indicador de lucratividade.** Disponível em: < https://www.suno.com.br/artigos/margem-liquida/ > Acesso em: 25 mar. 2023

SILVA, César Augusto Tibúrcio. **Contabilidade Geral**. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2009.

TOLEDO, Paulo. **Contabilidade do setor de saneamento tem grandes desafios**. 2022. Disponível em: < https://www.icbr.com.br/Noticias/Artigo/contabilidade-do-setor-de saneamento-tem-grandes-desafios> Acesso em: 11 de mar. 2023.

VERDÉLIO, Andreia. **Veja as principais mudanças no novo Marco Legal do Saneamento: O novo marco legal define universalização de serviços sanitários**. 2020. Disponível em: < https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2020-07/veja-principais-mudancas-no-novo marco-legal-do-saneamento> Acesso em: 23 mar. 2023

Yin, R. K. **Estudo de Caso: Planejamento e métodos**. 5. ed. Porto Alegre, RS: Bookman, 2015.